

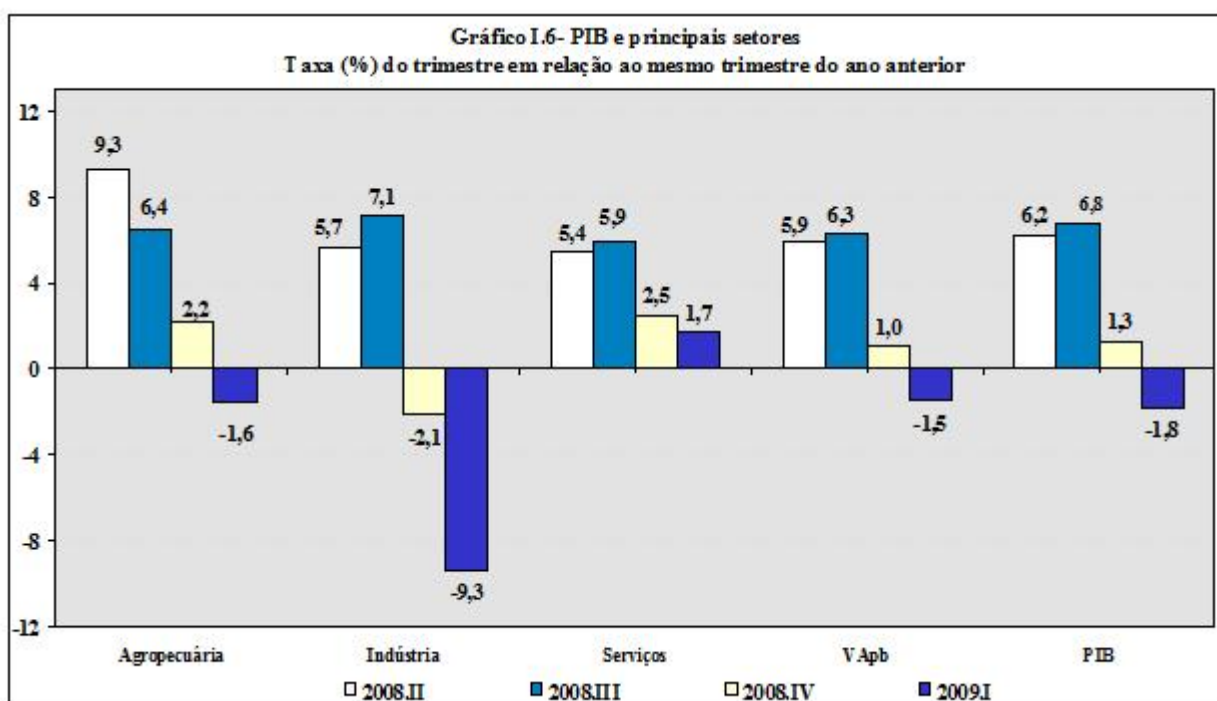


Boletim de Conjuntura Econômica Junho

PIB tem redução de 0,8% no 1º trimestre de 2009, em relação ao 4º trimestre de 2008.

Em relação ao 1º trimestre de 2008, só serviços têm desempenho positivo

Mesmo com essa redução o setor de serviços foi destaque em relação aos demais setores da economia.



Entre os serviços, as variações positivas foram as seguintes: **outros serviços** (7,0%), **intermediação financeira e seguros** (5,8%); **serviços de informação** (5,4%), **administração, saúde e educação pública** (3,1%) e **serviços imobiliários e aluguel** (1,6%). São classificados como outros serviços, além daqueles prestados às empresas, os prestados às famílias, saúde e educação mercantil, serviços de alojamento e alimentação, serviços associativos, serviços domésticos e de manutenção e reparação. O crescimento dos serviços de informação deveu-se, principalmente, aos desempenhos da telefonia móvel e dos serviços de informática. O **comércio (atacadista e varejista)** teve taxa negativa de 6,0%, e os serviços de **transporte, armazenagem e correio**, retração de 5,6% - ambos influenciados pelo resultado da indústria.

As maiores elevações nos **serviços** foram nos **serviços de informação** (8,2%); **intermediação financeira e seguros** (7,3%); e **outros serviços** (5,4%). Também cresceram **administração pública, educação pública e saúde pública** (2,7%); **comércio** (2,6%); **serviços imobiliários e aluguel** (2,5%) e, em menor magnitude, **transporte, armazenagem e correio** (0,8%).

Em relação ao valor adicionado, os **serviços** tiveram o melhor desempenho, com um crescimento de 1,7% em relação ao primeiro trimestre de 2008. Já o valor adicionado da **indústria** caiu 9,3%, enquanto o da **agropecuária** teve redução de 1,6%.

A taxa da agropecuária pode ser, em grande parte, explicada pelo desempenho de alguns produtos que apresentam safra relevante no primeiro trimestre². Com exceção do arroz, com estimativa de crescimento anual de 6,2% na quantidade produzida, todos os outros apresentaram uma variação negativa na estimativa de produção em 2009, comparada à do ano anterior. Foi o caso, por exemplo, do algodão (-19,7%), do milho (-13,2%), da soja (-3,9%) e do fumo (-1,2%).



Na indústria, todos os subsetores apresentaram taxas negativas. A principal queda foi na **indústria de transformação** (-12,6%), a maior da série (desde 1996) nessa base de comparação, influenciada principalmente, pela redução na produção de máquinas e equipamentos, metalurgia, veículos automotores, mobiliário, vestuário e calçados. Também houve retração de 9,8% no valor adicionado da **construção civil**, seguida por **eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana** (-4,2%) e **extrativa mineral** (-1,1%). Neste último subsetor, apesar de a extração de minérios ferrosos ter apresentado queda de 38,1% no primeiro trimestre, a extração de petróleo e gás natural aumentou 6,5%.

Ainda na comparação do **primeiro trimestre de 2009 com o último de 2008**, na série com ajuste sazonal¹, a maior redução ocorreu na **indústria** (-3,1%), seguida pela **agropecuária** (-0,5%), enquanto os **serviços** apresentaram elevação de 0,8%.

Em relação aos componentes da demanda interna, as **despesas de consumo das famílias** tiveram crescimento de 0,7% no primeiro trimestre deste ano, na comparação com o quarto trimestre de 2008, após variação negativa de 1,8% no trimestre anterior. A **despesa de consumo da administração pública** variou 0,6%. Já a **formação bruta de capital fixo (FBCF, o mesmo que investimento)** caiu 12,6% no primeiro trimestre de 2009, a maior redução desde o início da série nessa base de comparação (1996).

Pelo lado do setor externo, tanto as **exportações de bens e serviços** (-16,0%) como as **importações de bens e serviços** (-16,8%) apresentaram quedas em relação ao último trimestre de 2008.

Em relação ao **primeiro trimestre de 2008**, o PIB teve queda de 1,8%. O **valor adicionado a preços básicos** reduziu-se 1,5%; e os **impostos sobre produtos** apresentaram retração de 3,3%.

TABELA RESUMO – Principais resultados do PIB a preços de mercado do 1º trimestre de 2008 ao 1º trimestre de 2009

Taxas (%)	1º Trim 2008	2º Trim 2008	3º Trim 2008	4º Trim 2008	1º Trim 2009
Acumulado ao longo do ano / mesmo período do ano anterior - Tabela 3	6,1	6,2	6,4	5,1	(-) 1,8
Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores - Tabela 4	5,9	6,0	6,3	5,1	3,1
Trimestre / mesmo trimestre do ano anterior - Tabela 2	6,1	6,2	6,8	1,3	(-) 1,8
Trimestre / trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal) - Tabela 7	1,9	1,6	1,4	(-) 3,6	(-) 0,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais

Economia brasileira recua 0,8% no 1º trimestre e confirma recessão

A economia brasileira teve retração de 1,8% no primeiro trimestre de 2009 ante igual período do ano passado, e de 0,8% na comparação com o trimestre imediatamente anterior, informou nesta terça-feira o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Essa é a segunda taxa negativa consecutiva do PIB (Produto Interno Bruto) nessa comparação, -- houve queda de 3,6% no quarto trimestre -- o que configura um quadro de recessão.



A queda de 1,8% em relação ao primeiro trimestre de 2008 é a mais forte deste o quarto trimestre de 1998, quando a retração foi de 1,9%.

Ao todo, a economia movimentou R\$ 684,6 bilhões de janeiro a março. A taxa acumulada dos últimos 12 meses (encerrados em março) indica alta de 3,1% do PIB em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

O PIB, que mostra o comportamento de uma economia, é a soma das riquezas produzidas por um país --é formado pela indústria, agropecuária e serviços. O PIB também pode ser analisado a partir do consumo, ou seja, pelo ponto de vista de quem se apropriou do que foi produzido. Neste caso, é dividido pelo consumo das famílias, pelo consumo do governo, pelos investimentos feitos pelo governo e empresas privadas e pelas exportações.

O investimento, medido pela chamada Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) caiu 14% no primeiro trimestre, se comparado a igual período no ano anterior. Na comparação com o quarto trimestre, houve retração de 12,6%, a maior redução deste o início da série em 1996.

O setor industrial despencou 9,3% em relação ao primeiro trimestre de 2008. Na comparação com o quarto trimestre, a indústria teve alta de 3,1%, e nos últimos 12 meses, acumula expansão de 0,4%.

O setor de serviços registrou incremento de 1,7% frente ao primeiro trimestre de 2008. Em relação ao quarto trimestre, o segmento cresceu 0,8%, e nos últimos 12 meses, tem alta de 3,9%.

O setor agropecuário caiu 1,6%, na comparação com o período de janeiro a março do ano passado. Em relação ao quarto trimestre de 2008, a agropecuária teve retração de 0,5%, e nos últimos 12 meses, acumula incremento de 4,3%.

O consumo das famílias teve aumento de 1,3% no primeiro trimestre. Em relação ao quarto trimestre, constatou-se crescimento de 0,7%, e nos últimos 12 meses, acumula incremento de 4,1%.

O consumo do governo registrou alta de 2,7% no primeiro trimestre. Em relação ao trimestre imediatamente anterior, o consumo do governo cresceu 0,6%, e nos últimos 12 meses, acumula expansão de 4,7%.

PIB do Brasil recua 0,8% no primeiro trimestre de 2009, e Brasil tem recessão

Publicada em 09/06/2009 às 12h27m

Lucianne Carneiro e Luciana Rodrigues

R1 R2 R3 R4 R5 Dê seu voto R1 R2 R3 R4 R5 Média: 3,2ComenteComentários

RIO - O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, conjunto de bens e serviços produzidos pelo país, registrou queda de 0,8% no primeiro trimestre de 2009, sobre o período imediatamente anterior, com ajuste sazonal, e de 1,8% sobre o período de janeiro a março de 2008, informou nesta terça-feira o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados foram melhores do que o esperado pelo governo e pelo mercado. O órgão manteve ainda a medida da queda no quarto trimestre de 2008 em relação ao trimestre anterior em 3,6%. Com isso, são dois trimestres seguidos de recuo na atividade econômica e o país tem uma recessão técnica.

Míriam Leitão: resultado não foi tão ruim quanto o esperado por economistas.

O recuo no primeiro trimestre levou a economia brasileira para o mesmo nível do segundo trimestre de 2007, ou seja, uma retração de quase dois anos no patamar de produção do PIB.

O coordenador de Contas Nacionais do IBGE, Roberto Olinto, disse não aceitar o conceito de recessão técnica, pela qual um país está em recessão depois de dois trimestre seguidos de recuo do PIB. No entanto, admitiu que o Brasil vive "uma crise absolutamente profunda."

A última vez em que o país teve dois trimestres seguidos de recuo do PIB foi na primeira metade de 2003. O governo esperava uma queda de 1,5% no PIB entre o quarto trimestre de 2008 e o primeiro trimestre deste ano. O mercado também apostava em queda maior, de até 2,5%. Sobre o primeiro trimestre de 2008, o governo apostava em um recuo de 2,4% e o mercado, de até 3,4%.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou na segunda-feira que a economia já apresenta sinais de retomada e que o ritmo de crescimento vai se acelerar até atingir uma taxa anualizada entre 3,5% e 4% no último trimestre do ano. Ele vem dizendo que olhar o resultado do PIB no primeiro trimestre é olhar pelo retrovisor.

Leia mais: Mantega comemora PIB e afirma que governo tomará novas medidas para estimular economia

Na comparação anual (com igual trimestre do ano anterior), o recuo de 1,8% foi a primeira queda do PIB desde a perda de 0,7% no quarto trimestre de 2001. Também foi a maior retração desde o recuo de 1,9% registrado no quarto trimestre de 1998.

- Se olharmos essa taxa anual, vemos que o impacto da crise no PIB neste primeiro trimestre foi maior do que no quarto trimestre. Além disso, o patamar de produção voltou ao nível do segundo trimestre de 2007 - disse Rebeca.



A gerente de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis, destacou que a mudança na trajetória do PIB ocorreu depois da quebra do banco americano Lehman Brothers (em setembro do ano passado).

Ela afirmou que indústria, investimento e comércio exterior foram os responsáveis pela queda do PIB.

- Indústria, formação bruta de capital fixo (investimentos) e comércio exterior ditaram a queda do PIB em relação ao quarto trimestre.

Clique aqui e entenda o que é recessão técnica.

Indústria recua em todos os segmentos

O PIB é calculado sob a ótica da oferta - que coleta dados dos setores agropecuária, indústria e serviços -, mas também é analisado sob a ótica da demanda - que mostra o consumo das famílias, do governo, o investimento da indústria e da construção civil (que é a Formação Bruta de Capital Fixo, FBCF), exportações e importações.

Pelo lado da oferta, a indústria puxou a queda do PIB, com retração de 3,1% frente ao quarto trimestre, na série com ajuste sazonal, enquanto o setor agropecuário caiu 0,5% e o de serviços subiu 0,8%.

Em relação ao primeiro trimestre de 2008, o recuo da indústria foi de 9,3%. Todos os subsetores tiveram variação negativa nesta base, mas a indústria de transformação foi a que teve maior impacto no resultado, com queda de 12,6% no primeiro trimestre de 2009 em relação a igual período de 2008, a maior já registrada da série histórica iniciada em 1996.

Os segmentos que mais influenciaram na queda da indústria de transformação foram máquinas e equipamentos, metalurgia, veículos automotores, mobiliários, vestuário e calçados. Estes têm forte ligação com o mercado externo, seja por exportarem seus produtos ou por importarem componentes.

Houve recuo ainda na construção civil, de 9,8%; em eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana, de 4,2%; e em extrativa mineral, de 1,1%.

Investimento tem queda recorde

Frente ao último trimestre do ano passado, a formação bruta de capital fixo (FBCF) - uma medida dos investimentos - despencou 12,6%. Foi a maior queda desde o início da série histórica, iniciada em 1996.

Na comparação com o primeiro trimestre de 2008 o recuo dos investimentos também foi recorde, de 14%.

- O investimento é um indicador muito mais volátil que o PIB. Em épocas de forte crescimento, como a que vínhamos registrando, o investimento crescia bem mais do que o PIB. Agora, cai mais - disse Rebeca.

Consumo das famílias desacelera

Já o consumo mostrou alguma força. O das famílias cresceu 0,7% e o do governo teve alta de 0,6%.

Na comparação anual, o gasto das famílias cresceu 1,3% no primeiro trimestre de 2009, apontando uma desaceleração do seu ritmo de alta. Na mesma base de comparação, a expansão do indicador foi de 2,2% no quarto trimestre de 2008. Ainda assim, este foi o 22º trimestre de crescimento consecutivo do consumo das famílias.

- O consumo das famílias continua se sustentando porque a massa salarial real segue em alta - afirmou Rebeca.

A massa salarial real aumentou 5,2% no 1º trimestre de 2009, ante um salto de 7,6% no 4º trimestre de 2008.

No primeiro trimestre de 2009, o valor adicionado a preços básicos caiu 1,5% sobre o mesmo trimestre de 2008; e os impostos sobre produtos apresentaram retração de 3,3%.

O PIB a preços de mercado chegou a R\$ 684,6 bilhões no primeiro trimestre deste ano, sendo R\$ 584,6 bilhões referentes ao valor adicionado a preços básicos e R\$ 100 bilhões aos impostos sobre produtos.

O IBGE reviu mais uma vez para baixo a alta medida no terceiro trimestre de 2008 em relação ao período imediatamente anterior, de 1,7% para 1,4%. A primeira divulgação de alta do PIB nesse período foi de 1,8%.

Na taxa acumulada nos quatro trimestres terminados em março, o crescimento do indicador foi de 3,1% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

IBGE nega conceito de recessão técnica, mas admite 'crise absolutamente profunda'

Plantão | Publicada em 09/06/2009 às 11h22m

Lucianne Carneiro

R1 R2 R3 R4 R5 Dê seu voto R1 R2 R3 R4 R5 Média: 1,0ComenteComentários



RIO - O coordenador de Contas Nacionais do IBGE, Roberto Olinto, disse não aceitar o conceito de recessão técnica, pela qual um país está em recessão depois de dois trimestre seguido de recuo do PIB. No entanto, admitiu que o Brasil vive "uma crise absolutamente profunda."

- A recessão técnica é uma medida usada no mundo todo, mas não se sabe sua origem. Não há solidez (do termo) para ser apresentada - afirmou.

Olinto citou as críticas do NBER (National Bureau of Economical Research), responsável por identificar a recessão nos Estados Unidos. Segundo o instituto americano, o conceito de recessão técnica não considera todas as variáveis do ciclo econômico nem identifica o início do fim da recessão.

- Existem críticas de que é uma visão simplista e minimalista do conceito de recessão. O que existe de mais eficiente é o NBER, que busca analisar o ciclo econômico como um todo - acrescentou Olinto.

- (O que podemos dizer é que) Existem dois trimestres de queda, mas não temos instrumentos para qualificar isso. Não faz parte das atribuições do IBGE qualificar o ciclo econômico, mas medi-lo - concluiu.

RECESSÃO

PIB recuou, mas veio melhor que o esperado

O Brasil entrou oficialmente em recessão, mas o resultado não foi tão ruim quanto o esperado por economistas. O IBGE acaba de divulgar que o Produto Interno Bruto (PIB) do país encolheu 0,8% no primeiro trimestre deste ano na comparação aos três últimos meses do ano passado. Frente ao primeiro trimestre de 2008, a queda foi de 1,8%.

Mas economistas esperavam uma redução de até 1% na comparação ao quatro trimestre do ano passado e uma queda 2,1% a 3,4% frente a igual trimestre de 2008.

Com o resultado, contudo, o país acumula dois trimestres de retração da economia, a chamada recessão técnica. No último trimestre do ano passado, o PIB havia encolhido 3,6% em relação ao terceiro trimestre, maior queda da série histórica, iniciada em 1996.

Nos resultados do IBGE, chama atenção a forte queda nos investimentos, que recuou 12,6% no primeiro trimestre deste ano em comparação ao quarto trimestre de 2008. Trata-se da maior redução desde o início da série histórica do IBGE. Esse resultado é o que mais preocupa. Sem investimento, não há crescimento sustentável. Investimento é crescimento futuro.

O consumo das famílias, que havia recuado 1,8% no trimestre anterior, voltou a crescer. O aumento foi de 0,7% no primeiro trimestre deste ano, na comparação ao quarto trimestre de 2008. Esse dado é positivo.

A recessão era esperada por economistas. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, havia confirmado na segunda-feira que o resultado seria negativo, embora não tenha apresentado um número dessa queda.

Enviado por Bruno Villas Bôas - 9.6.2009| 10h10m

LCA CONSULTORES

PIB surpreende até o mais otimista

Apontada como uma das consultorias com análises mais otimistas sobre o desempenho da economia em tempos de crise econômica, a LCA Consultores também foi surpreendida pelo resultado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro do primeiro trimestre, divulgado nesta terça-feira pelo IBGE. A consultoria apostava em uma queda de 2,5% na comparação aos três primeiros meses de 2008 e de 1,5% frente o quarto trimestre do ano passado.

Segundo Bráulio Borges, economista-chefe da LCA, a surpresa foi a recuperação do consumo das famílias, que responde por 60,7% do PIB.

- Nas últimas semanas circulou um temor de que o resultado poderia ser parecido com o que a gente viu no final do ano passado. Isso não aconteceu, apesar de confirmada a recessão. O resultado surpreendeu até a gente, que tinha uma projeção considerada otimista pelo mercado.

Borges afirma que a consultoria pode rever sua projeção para o crescimento da economia neste ano, atualmente em 0,5%. Segundo ele, a LCA já trabalha com um cenário de alta do consumo das famílias em 2009, de 2,7%, enquanto consenso do mercado seria algo como 0%

- O resultado reforça essa nossa projeção. E esperamos que o investimento volte a liderar o crescimento no quarto trimestre deste ano, uma vez que vemos sinais de redução da ociosidade na produção.

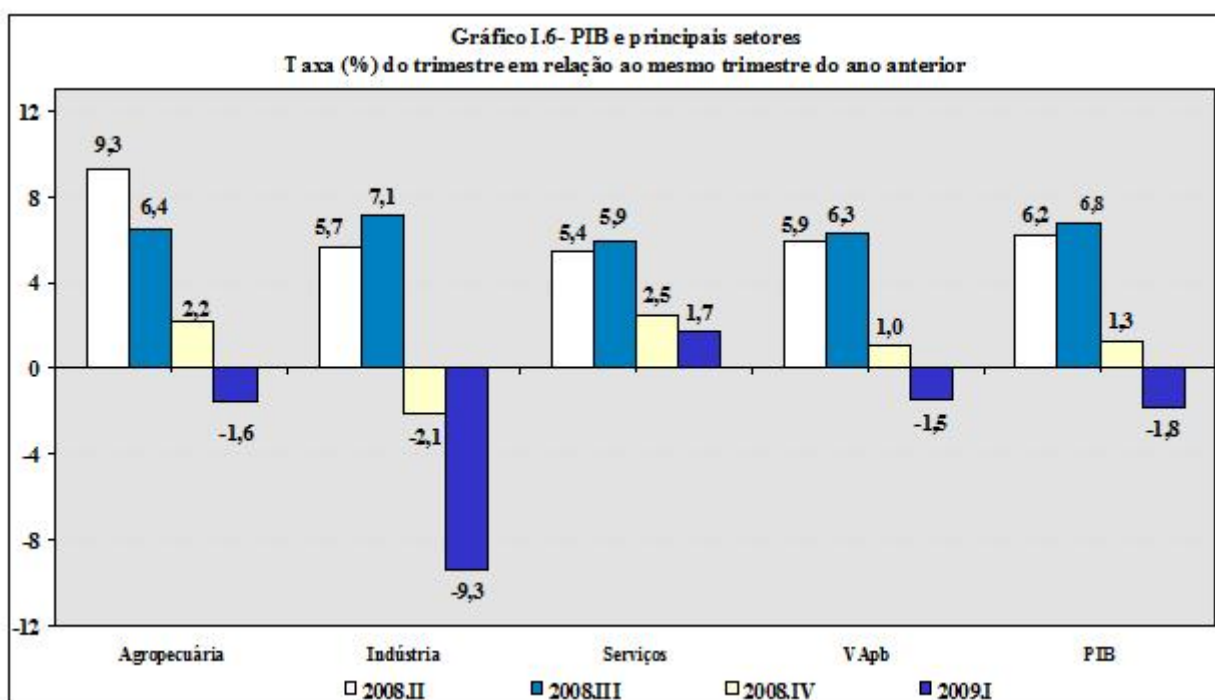
Para o economista, o segundo trimestre deste ano deve vir com números melhores: crescimento de 2% em comparação ao período de janeiro a março e uma queda de 0,5% ante o mesmo trimestre do ano passado. Borges explica que a confiança da indústria, um sinalizador importante para o PIB, cresceu 15% em abril e maio na comparação a março, com ajuste sazonal (veja o gráfico abaixo).



Na **taxa acumulada nos quatro trimestres terminados em março**, o crescimento do PIB foi de 3,1% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

O Produto Interno Bruto a preços de mercado chegou a R\$ 684,6 bilhões no primeiro trimestre deste ano, sendo R\$ 584,6 bilhões referentes **ao valor adicionado a preços básicos** e R\$ 100,0 bilhões aos **impostos sobre produtos**

O PIB apresentou queda de 1,8% no primeiro trimestre de 2009, em relação a igual período de 2008. O **valor adicionado a preços básicos** teve uma redução de 1,5%; e os **impostos sobre produtos**, uma retração de 3,3%, esta última principalmente devido à queda da indústria, em especial da indústria da transformação, e à diminuição do volume das importações.

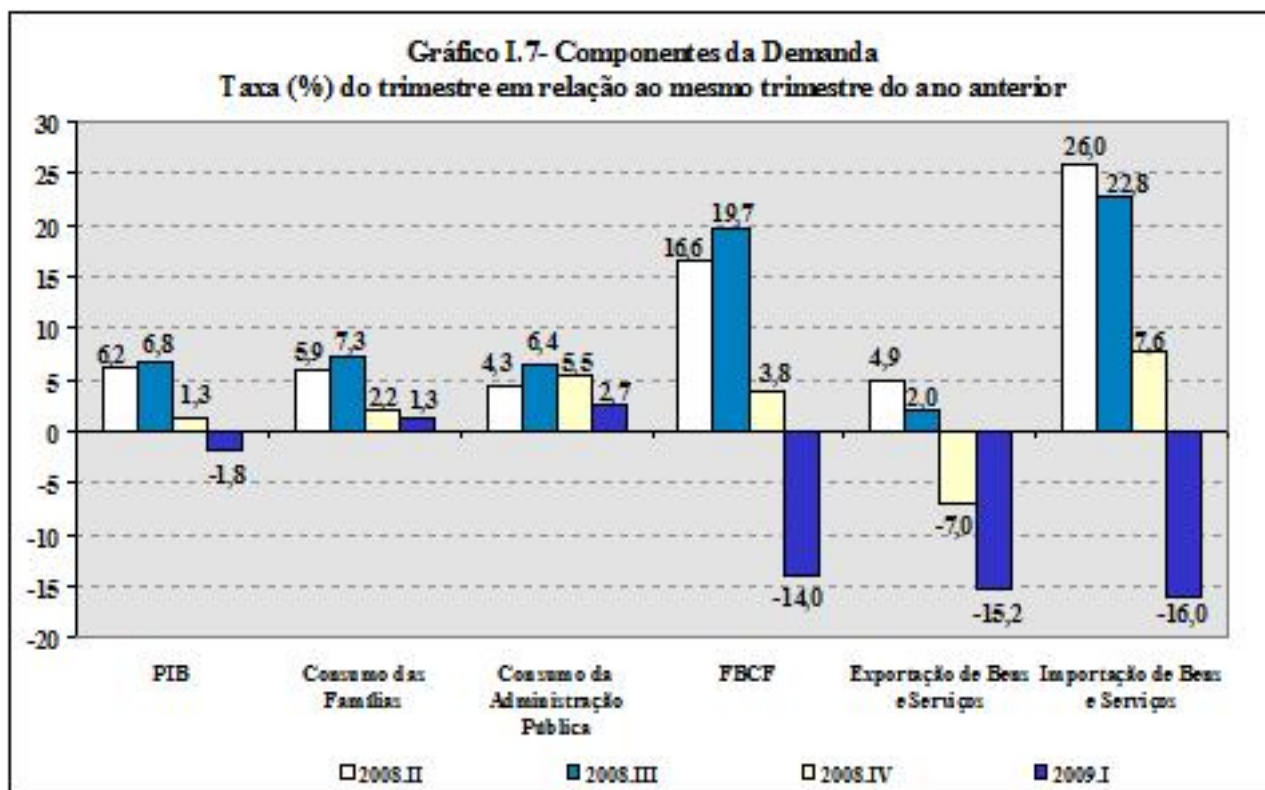


Despesas de consumo das famílias e da administração pública crescem, e FBCF cai

Dentre os componentes da demanda interna, a despesa de **consumo das famílias** alcançou taxa positiva de 1,3%, 22º crescimento consecutivo nessa comparação, mas desacelerando em relação ao quarto trimestre de 2008 (2,2%). Um dos fatores que contribuíram para esse resultado foi o comportamento da massa salarial real, que, após crescer 7,6% no quarto trimestre de 2008, teve um aumento menor (5,2%) no primeiro trimestre de 2009. Além disso, houve uma redução no crescimento, em termos nominais, do saldo de operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para as pessoas físicas (de 25,8% no quarto trimestre de 2008 para 22,1% no primeiro trimestre de 2009).

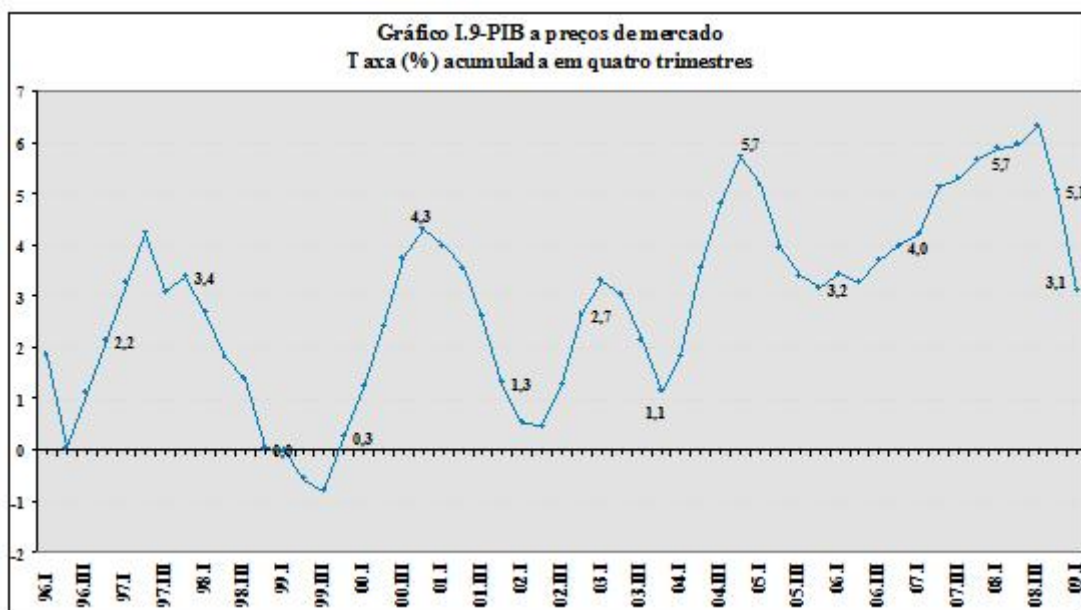
A despesa de **consumo da administração pública** variou 2,7% na comparação com o primeiro trimestre de 2008, enquanto a **formação bruta de capital fixo (FBCF)** registrou decréscimo de 14,0%, explicado, principalmente, pela redução da produção interna de máquinas e equipamentos. A variação negativa da construção civil também contribuiu para o desempenho da FBCF. Além disso, a média da taxa de juros efetiva Selic no primeiro trimestre de 2009 (12,5% a.a.) superou a do primeiro trimestre de 2008 (11,2% a.a.).

Pelo lado da demanda externa, as **exportações de bens e serviços** caíram 15,2% em relação ao primeiro trimestre de 2008. As **importações de bens e serviços** também apresentaram uma redução, da ordem de 16,0%, o primeiro declínio desde o terceiro trimestre de 2003 (-5,3%). Os produtos da pauta de importação que mais contribuíram para esse resultado foram material eletrônico, material elétrico, outros produtos do refino, peças e acessórios para veículos automotores e químicos diversos.



No acumulado em quatro trimestres, todos os setores têm resultados positivos

O gráfico a seguir apresenta as taxas de crescimento acumuladas nos últimos quatro trimestres para o PIB, a partir do primeiro trimestre de 1996. Após o vale do segundo trimestre de 2006, quando a taxa atingiu 3,0%, houve uma aceleração, atingindo 5,7% no quarto trimestre de 2007 e 6,3% no terceiro trimestre de 2008, e o recuo para 3,1% no primeiro trimestre de 2009. Esta última taxa resultou da elevação de 2,9% do **valor adicionado a preços básicos** e do aumento de 4,3% nos **impostos sobre produtos**.



Nesse tipo de comparação, o desempenho é positivo nos três setores da economia: **agropecuária** (4,3%), **serviços** (3,9%) e **indústria** (0,4%). Dentre os subsetores industriais, destaca-se a **construção civil** (3,4%), seguida pela **extrativa mineral**



(3,1%) e a **eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana** (2,1%). Por outro lado, a **indústria de transformação** registrou redução de 1,5%.

Na análise da demanda, a **despesa de consumo das famílias** cresceu 4,1%, favorecida pelo aumento da massa salarial real e pela maior oferta de crédito para as pessoas físicas. A **formação bruta de capital fixo** variou 6,3% (20º crescimento consecutivo nessa comparação); e a **despesa de consumo da administração pública** teve taxa positiva de 4,7%. As **exportações** decresceram 3,5%, e as **importações** aumentaram 9,6%.

Em valores correntes, PIB do 1º trimestre fica em R\$ 684,6 bilhões

O PIB a preços de mercado alcançou, no primeiro trimestre de 2009, R\$ 684,6 bilhões, sendo R\$ 584,6 bilhões referentes ao **valor adicionado a preços básicos** e R\$ 100,0 bilhões aos **impostos sobre produtos**.

A **agropecuária** registrou R\$ 41,2 bilhões; a **indústria**, R\$ 142,8 bilhões; e os **serviços**, R\$ 400,6 bilhões. Entre os componentes da demanda, a **despesa de consumo das famílias** totalizou R\$ 444,0 bilhões; a **despesa de consumo do governo**, R\$ 153,3 bilhões; e a **formação bruta de capital fixo**, R\$ 113,8 bilhões.

A **balança de bens e serviços** ficou deficitária em R\$ 4,1 bilhões; e a **variação de estoques** foi negativa em R\$ 22,3 bilhões.

PIB/ 1º TRIMESTRE

PIB cai 0,8%, mas consumo e serviços atenuam recessão

Gasto das famílias e massa salarial reduzem efeito do colapso da indústria e dos investimentos

Com 2 trimestres seguidos de crescimento negativo, país entra em recessão, mas setor de serviços, o maior da economia brasileira, resiste

GUSTAVO PATU
ENVIADO ESPECIAL AO RIO

PEDRO SOARES
DA SUCURSAL DO RIO

A produção de máquinas e equipamentos, as obras de infraestrutura, as exportações e as importações tiveram quedas dignas de uma depressão econômica. Já salários, compras do dia a dia e serviços básicos como saúde e educação perderam o ímpeto de meses atrás, mas voltaram a crescer.

O retrato da produção nacional no primeiro trimestre do ano, divulgado ontem pelo IBGE, mostra um alívio imediato dos efeitos da crise global para a maior parte da população brasileira -final, o setor de serviços é o que mais emprega, o gasto público se mantém em alta e o consumo das famílias move quase dois terços da economia.

No entanto, a expectativa de reviver momentos de crescimento mais robusto registrado nos últimos anos esbarra nos resultados dos investimentos públicos e, principalmente, privados, necessários para ampliar a capacidade de produção e que ainda estão distantes de alguma recuperação.

Tudo somado, o PIB do país no primeiro trimestre teve queda de 0,8% na comparação com o último trimestre do ano passado, que já havia contabilizado uma perda de 3,6%, a maior desde que o Plano Collor promoveu o confisco da poupança e demais depósitos bancários, em 1990.

Pela regra de identificação mais universalmente adotada, o país entrou em recessão com dois trimestres consecutivos de queda do Produto Interno Bruto -a medida da renda nacional que compreende indústria, agropecuária, comércio e serviços, consumo privado, gasto público, investimentos, exportações e importações.

Embora tenha confirmado a reviravolta mais aguda em quase 20 anos, o resultado do primeiro trimestre permitiu uma leitura otimista já posta em prática ontem pelo governo Lula. Após o susto com o inesperado desastre do final de 2008, o período seguinte acabou melhor do que se projetava.

Na pesquisa periódica feita pelo Banco Central, as estimativas do mercado apontavam um PIB no primeiro trimestre 2,2% menor que o do mesmo período de 2008 -a queda medida pelo IBGE foi de 1,8%, ainda assim a maior desde o final de 1998, quando o país vivia os efeitos da crise russa.

Vistos mais de perto, os números mostram que a recessão, na sua definição mais vulgar, não chegou para todos, nem sequer para a maioria. Basta dizer que o setor de serviços, em que estão 60% do PIB, não caiu por dois trimestres consecutivos: teve expansão de 0,8% no primeiro trimestre, após a queda de 0,4% no final de 2008.

Nesse grupo estão atividades do cotidiano que vão desde a escola dos filhos até os aluguéis, da oferta de saúde ao seguro do carro. É um setor que só costuma ver retrações quando há disparada do desemprego ou queda forte dos salários, até agora inexistentes.

Pelo contrário: a massa salarial -que leva em conta o volume de emprego e os rendimentos- do primeiro trimestre ainda foi 5,2% maior que a de um ano antes. E o consumo das famílias, depois de encolher 1,8% na derrocada geral do final de 2008, subiu 0,7% na comparação com o trimestre anterior.



Boa parte da explicação está em medidas que o governo tomou muito antes do agravamento da crise global, caso do pacote generalizado de reajustes salariais para o funcionalismo, do aumento real do salário mínimo e da ampliação dos benefícios do Bolsa Família.

Se o gasto público -mais as medidas oficiais de redução de impostos e aumento do crédito nos bancos federais- e o mercado interno contribuíram para amortecer o impacto da recessão, menos claro é se e quando a economia retomará o ritmo de um ano atrás, quando o consumo crescia no dobro da velocidade.

Os investimentos, colocados no centro da agenda econômica com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), passaram pela mais brusca reversão já medida pela atual metodologia do IBGE -caíram 9,3% no final do ano passado e mais 12,6% no início do ano.

Do resto do mundo não há muita ajuda disponível. As exportações tiveram queda pelo terceiro trimestre consecutivo, e desta vez de 16%, também a maior, de longe, da série histórica iniciada em 1996.

Maior prejudicada pelo colapso dos investimentos e das exportações, a indústria acumula queda igualmente recorde, de 8,2% no quarto trimestre de 2008 e de 3,1% no primeiro. O setor agropecuário, primeiro a se ressentir da queda internacional dos preços dos produtos primários, encolheu pelo terceiro trimestre consecutivo, à taxa de 0,5%.

PIB/ DESTAQUE NEGATIVO

Investimentos desabam e seguram reação

Reco de 12,6% diante do quarto trimestre do ano passado põe fim a período de 20 trimestres seguidos de expansão

Com queda de 16% nas exportações e de 16,8% nas importações, setor externo proporciona contribuição positiva ao PIB do país

DO ENVIADO ESPECIAL AO RIO
DA SUCURSAL DO RIO

Os investimentos foram o destaque negativo do PIB do primeiro trimestre, quando a chamada formação bruta de capital fixo caiu 14% ante o mesmo período de 2008. Foi a maior retração da série histórica do IBGE, iniciada em 1996. Na comparação com o quarto trimestre, os investimentos caíram 12,6% -também a maior queda já registrada- e serão os últimos a reagir à crise, segundo especialistas.

Com retrações superiores à média do PIB, a taxa de investimento ficou em 16,6%, a menor desde o primeiro trimestre de 2005. O indicador, que mede o volume de investimentos como proporção do PIB, é de mais de 25% em países de acelerado crescimento econômico.

Tanto os investimentos em máquinas e equipamentos quanto na construção civil tiveram fraco desempenho no primeiro trimestre e enterraram um longo período de expansão, que perdurou por 20 trimestres consecutivos.

Pelos dados do IBGE, a indústria da construção registrou uma queda de 9,8% na comparação com o primeiro trimestre de 2008. Já a produção de bens de capital caiu 20,8%.

De acordo com Rebeca Palis, gerente das Contas Trimestrais do IBGE, a freada do crédito às empresas e a ociosidade das linhas de produção da indústria justificam a queda dos investimentos.

Ela diz, porém, que os investimentos representam a parte mais volátil do PIB. "Sempre crescem muito acima do PIB quando a tendência é de alta e caem com mais intensidade quando ela é de retração."

Para economistas, a contração dos investimentos foi o destaque negativo do PIB e adia a possibilidade de uma reação mais firme da economia, já que breca a geração de nova capacidade produtiva.

Roberto Messenberg, coordenador do Grupo de Análises e Projeções do Ipea, diz que os investimentos tiveram "uma queda muito forte", o que pode retardar a recuperação. "É preciso criar políticas públicas mais favoráveis para promover principalmente o investimento privado."

Segundo Marcela Prada, economista da Tendências Consultoria, os investimentos caem na esteira da incerteza gerada pela crise e serão o último componente do PIB a mostrar uma reação -que, para os demais, deve ter começado já neste segundo trimestre.

Setor externo

Após seguidas contribuições negativas para o PIB desde 2006, as exportações caíram num ritmo um pouco menor do que a importações -quedas de 16% e de 16,8% diante do quarto trimestre de 2008, respectivamente.

Tal cenário levou o setor externo a registrar uma contribuição positiva de 0,2 ponto percentual para o PIB, a primeira desde o primeiro trimestre de 2006.

Messenberg diz que o desempenho relativamente melhor das exportações vai se manter ao longo deste ano, o que levará a um saldo comercial na faixa de US\$ 25 bilhões, acima das projeções iniciais de US\$ 15 bilhões de superávit.

Apesar da melhora, o país viu sua necessidade de financiamento externo cair no primeiro trimestre em R\$ 5,2 bilhões não por conta da evolução do saldo comercial, mas sim em razão da retração de R\$ 6,8 bilhões na remessa de lucros e dividendos ao exterior.

Com isso, a necessidade de financiamento da economia brasileira ficou em R\$ 14,7 bilhões no primeiro trimestre de 2009, abaixo dos R\$ 19,9 bilhões em igual período de 2008.

Economia dá sinais de melhora no 2º trimestre



FÁTIMA FERNANDES
DA REPORTAGEM LOCAL

A economia brasileira dá sinais de melhora neste segundo trimestre, após registrar forte retração desde o final de 2008 em decorrência dos efeitos da crise financeira mundial.

Em abril, a produção industrial cresceu 1,1% sobre março. E, em maio, a fabricação de carros subiu 2,6%, o consumo de energia, 1,6%, e o uso da capacidade instalada das fábricas, 1,4% em relação a abril.

A expectativa, porém, é que a recuperação da atividade econômica será lenta e que, na comparação com 2008, os principais indicadores continuarão negativos ao longo deste ano.

A volta da procura e da oferta de crédito para pessoas físicas -a demanda do consumidor por empréstimos subiu 2,5% em maio sobre abril e 10,8% em abril sobre março- e a redução de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para carros e eletrodomésticos incentivaram a demanda de bens.

Em maio, as consultas ao SPC e ao Usecheque, serviços da Associação Comercial de São Paulo, que indicam o ritmo de vendas a prazo e à vista, respectivamente, subiram 13,57% na comparação com abril.

Sinais de melhora no ritmo da economia aparecem também nos índices de confiança do consumidor e da indústria da FGV (Fundação Getúlio Vargas). Em maio, a confiança do consumidor atingiu 100,5 pontos, com aumento de 1,3% sobre o índice de abril.

A confiança da indústria subiu 6% em maio sobre abril -de 84,5 pontos para 89,6 pontos- e, pela primeira vez em 2009, está mais próximo de sua média histórica (99,1 pontos).

A dúvida de empresários e economistas consultados pela **Folha** é se essa melhora nos indicadores será ou não contínua.

"Crédito e redução de IPI deram gás à economia neste trimestre. Só que o setor de bens intermediários não se recuperou, por conta das fracas vendas para o mercado externo. E o setor de bens de capital reagiu pouco", diz Fábio Silveira, sócio-diretor da RC Consultores.

"E quando acabarem os incentivos fiscais dados pelo governo aos setores de bens de consumo, será que o ritmo dos negócios se mantém?", questiona Júlio Gomes de Almeida, professor da Unicamp e ex-secretário de Política Econômica.

"A reação da indústria devido aos incentivos do governo foi localizada. O país tem muito caminho a percorrer para recuperar o que perdeu. A crise deu uma trégua, e os sinais de como a economia vai prosseguir ainda não são claros", diz Marcelo Neri, economista da FGV.

Para Silveira, fica difícil até fazer previsões para a economia a partir de agosto, "já que existe a possibilidade de mais quebra de bancos e empresas nos Estados Unidos, com impacto no Brasil".

Para Ariadne Vitoriano, economista da Tendências, a melhora na produção industrial deve se estender até o segundo semestre. Mas, ainda assim, os números neste ano serão negativos sobre 2008.

A Tendências prevê, para este ano, queda de 7,5% na produção industrial, e a RC, de 4%.

Na comparação com o ano passado, os indicadores de conjuntura econômica continuaram negativos em abril e maio. Estão em queda o consumo de energia, as vendas de papelão ondulado, a produção de aço bruto, insumos para a construção civil e veículos e as consultas ao SPC e ao Usecheque.

Emílio Alfieri, economista da ACSP, afirma que a melhora no consumo em maio está relacionada também ao Dia das Mães.

"Mas está evidente que o país passa por uma crise de crédito, apesar da melhora nas vendas em maio em relação a abril.

Sobre maio de 2008, porém, as consultas ao SPC caíram 17,7%, e, ao Usecheque, 1%."

O consumidor está com mais confiança na economia, mas os consumidores e os lojistas, segundo Alfieri, continuam cautelosos, até porque a inadimplência subiu sobre 2008. Em maio último, a taxa foi de 9,7%, e, em maio de 2008, de 9%.

NOTA PARA A IMPRENSA - 26.5.2009

Setor Externo

I - Balanço de pagamentos - Abril de 2009

O balanço de pagamentos registrou superávit de US\$1.805 milhões em abril. As transações correntes, após dezoito meses consecutivos de déficits, foram superavitárias em US\$146 milhões em abril. Nos últimos doze meses o déficit acumulado atingiu US\$19,8 bilhões, equivalente a -1,41% do PIB, ante US\$28,2 bilhões acumulados nos doze meses encerrados em dezembro de 2008. Em abril, o superávit comercial atingiu US\$3,7 bilhões. A conta financeira apresentou ingressos líquidos de US\$1,9 bilhão, destacando-se os ingressos líquidos de investimentos estrangeiros diretos, que somaram US\$3,4 bilhões.

A conta de serviços apresentou déficit de US\$1,6 bilhão em abril, 40,3% superior ao registrado no mesmo mês de 2008. As despesas líquidas com transportes somaram US\$202 milhões, redução de 36,4% na mesma base de comparação. O item viagens internacionais registrou despesas líquidas de US\$382 milhões, ante US\$500 milhões em abril do ano anterior, redução explicada pela contração de 18% nos gastos com viagens ao exterior e de 11,6% nas receitas. No mesmo período comparativo, verificaram-se ainda recuos nas despesas líquidas com *royalties* e licenças, 14,3%, e serviços governamentais, 29,4%. Dentre os itens que apresentaram elevação nas despesas líquidas encontram-se aluguel de equipamentos, 126,6%; computação e informações, 47,6%; e seguros, 101,7%. O item outros serviços registrou ingressos líquidos de US\$596 milhões, 7,3% inferiores ao resultado do mesmo mês do ano anterior.

As remessas líquidas de renda para o exterior somaram US\$2,3 bilhões no mês, redução de 42,9% em relação a abril do ano



anterior. As saídas líquidas de renda de investimento direto totalizaram US\$999 milhões, dos quais US\$876 milhões referentes a lucros e dividendos nessa modalidade, ante US\$2,5 bilhões observados no mesmo mês do ano anterior. As remessas líquidas de renda de investimentos em carteira apresentaram redução de 25,9% no período comparativo, ao atingir US\$841 milhões, correspondendo, em sua totalidade, às despesas líquidas de lucros e dividendos. A despesa líquida de renda de outros investimentos somou US\$483 milhões. As remessas líquidas de investimento direto e em carteira mantiveram trajetória de redução, em comparação com igual período do ano anterior, com variações respectivas de -53,6%, no mês, e de -57,3%, no primeiro quadrimestre.

Os investimentos brasileiros diretos no exterior apresentaram aplicações líquidas de US\$2,8 bilhões em abril, compreendendo US\$188 milhões em aplicações líquidas de participação no capital de empresas no exterior e US\$2,6 bilhões em desembolsos líquidos ao exterior, em empréstimos intercompanhias.

Os investimentos estrangeiros diretos somaram ingressos líquidos de US\$3,4 bilhões. Os ingressos líquidos em participação no capital de empresas no País, incluídas as conversões em investimentos, atingiram US\$1,9 bilhão, enquanto os desembolsos líquidos de empréstimos intercompanhias totalizaram US\$1,5 bilhão.

Os investimentos estrangeiros em carteira registraram ingressos líquidos de US\$247 milhões em abril. Os investimentos em ações e em títulos de renda fixa, ambos negociados no País, apresentaram ingressos líquidos de US\$696 milhões, comparados a US\$1,6 bilhão registrados em março de 2009. Em abril, observaram-se ingressos líquidos de US\$630 milhões em ações e de US\$66 milhões em títulos. As amortizações líquidas de bônus negociados no exterior somaram US\$376 milhões, sendo amortizações de US\$369 milhões e ágio de US\$7 milhões referentes às recompras de papéis soberanos. Os investimentos em *notes* e *commercial papers* apresentaram desembolsos líquidos de US\$32 milhões, ante saídas líquidas de US\$394 milhões em março. As amortizações líquidas em títulos de curto prazo somaram US\$113 milhões em abril, comparadas a US\$573 milhões no mês anterior.

Os outros investimentos brasileiros no exterior resultaram em remessas líquidas de US\$2,2 bilhões em abril, compreendendo concessões líquidas de empréstimos ao exterior, US\$800 milhões, na sua maioria em operações de curto prazo. A constituição de depósitos de bancos brasileiros no exterior atingiu US\$1,1 bilhão, enquanto os dos demais setores somaram US\$246 milhões.

Os outros investimentos estrangeiros no País registraram ingressos líquidos de US\$3,2 bilhões em abril, elevação de 69,9% frente a março. O crédito comercial de fornecedores apresentou ingressos líquidos de US\$2,8 bilhões, basicamente constituído de operações de curto prazo. Os empréstimos aos demais setores apresentaram ingressos líquidos de US\$356 milhões, resultado de desembolsos líquidos de organismos, US\$792 milhões, de compradores, US\$56 milhões e de agências, US\$38 milhões; e amortizações líquidas de empréstimos diretos, US\$201 milhões. Os empréstimos de curto prazo somaram amortizações líquidas de US\$330 milhões em abril.

II - Reservas internacionais

As reservas internacionais no conceito liquidez, que incluem as linhas com recompra e as operações de empréstimo em moeda estrangeira, cresceram US\$1,1 bilhão frente ao apurado no mês anterior, atingindo US\$201,3 bilhões.

No mesmo período, as intervenções totais da autoridade monetária somaram compras líquidas de US\$1,3 bilhão, compostas por retornos de US\$826 milhões em linhas com compromisso de recompra e amortizações de US\$475 milhões em operações de empréstimo em moedas estrangeiras. Adicionalmente, ocorreram receitas de US\$474 milhões com a remuneração das reservas, enquanto as demais operações, que incluem principalmente as variações de preços e de paridades, reduziram o estoque em US\$1,6 bilhão.

O estoque de operações em linhas com compromisso de recompra totalizou US\$4 bilhões, enquanto o de empréstimo em moeda estrangeira somou US\$6,7 bilhões.

III - Dívida externa

A dívida externa total, estimada para o mês de abril, atingiu US\$193,1 bilhões, aumento de US\$511 milhões em relação à posição estimada de março de 2009. No período, a dívida externa de médio e longo prazos apresentou aumento de US\$1 bilhão, resultado da redução de US\$300 milhões na dívida do setor público não financeiro e do aumento de US\$1,3 bilhão na dos setores privado e público financeiro. Ainda no mesmo período, a dívida externa de curto prazo, estimada em US\$31,8 bilhões, apresentou declínio de US\$532 milhões em relação à posição estimada para o mês anterior.

Em abril, os principais fatores de variação da dívida externa de médio e longo prazos foram os ingressos líquidos de organismos internacionais, US\$792 milhões, e as amortizações líquidas de bônus, US\$376 milhões. Contribuiu, ainda, para o resultado, o aumento estimado de US\$569 milhões da dívida externa expressa em dólares, provenientes de variação por paridade.

Quanto à dívida externa de curto prazo, sua redução deveu-se à diminuição do estoque de linhas de crédito tomadas por



bancos comerciais, US\$202 milhões, e à amortização líquida de empréstimos diretos em moeda e financiamentos, de US\$330 milhões.

PÉ NO ACELERADOR

Relatório mensal de crédito do Banco Central informa que o estoque dos financiamentos para produção e consumo cresceu nos últimos 12 meses de 35,8% para 42,6% do PIB.

Quando cresce a tomada de crédito para consumo, cresce, em seguida, a busca de crédito para a produção.

Vai daí que o estoque total de crédito contratado no país está 22% maior que o de 12 meses atrás, mesmo com o apagão bancário do último trimestre.

O detalhe: a inadimplência permanece nos eixos: é agora de 8,2% nas famílias e de 2,9% nas empresas.

NOTA PARA A IMPRENSA - 27.5.2009

Política Monetária e Operações de Crédito do Sistema Financeiro

[ZIP - 298 Kb](#)
[EXE - 313 Kb](#)
[?Ajuda](#)

I - Evolução dos agregados monetários

A base monetária, avaliada pela média dos saldos diários, atingiu R\$132,4 bilhões em abril, registrando elevação de 0,2% no mês, a partir do aumento de 0,5% no papel-moeda emitido e da redução de 0,9% nas reservas bancárias. Em doze meses, a base monetária cresceu 0,8%.

Dentre os fatores de emissão monetária, as operações do Tesouro Nacional foram contracionistas em R\$10,2 bilhões, assim como os ajustes nas operações com derivativos, em R\$1,4 bilhão. Em sentido oposto, as operações com títulos públicos federais, incluindo a atuação do Banco Central no ajuste de liquidez do mercado monetário, provocaram expansão de R\$19,2 bilhões no mês de abril, em função, principalmente, de resgates líquidos de títulos do Tesouro Nacional no mercado primário, no montante de R\$15,5 bilhões. No mercado secundário, as compras líquidas somaram R\$3,4 bilhões e no extramercado, R\$251 milhões. As operações do setor externo determinaram expansão de R\$2,3 bilhões, resultante das compras líquidas de divisas pelo Banco Central no mercado interbancário de câmbio.

Os meios de pagamento restritos (M1), considerado o saldo médio diário, alcançaram R\$196,1 bilhões em abril, com acréscimos de 0,9% no mês e de 4,9% em doze meses. Nas mesmas bases de comparação, o papel-moeda em poder do público expandiu-se 0,2% e 12,5% e os depósitos à vista, 1,4% e 0,1%, respectivamente.

O agregado M2, que acrescenta ao M1 depósitos para investimentos, depósitos de poupança e títulos emitidos pelas instituições financeiras, cresceu 0,6% em abril e 31% em doze meses, somando R\$1,1 trilhão. Esse aumento é explicado principalmente pelo comportamento do agregado M1, posto que o estoque de títulos privados elevou-se 0,4%, totalizando R\$588,9 bilhões, enquanto que os depósitos de poupança permaneceram relativamente estáveis em R\$275,8 bilhões.

O M3, conceito que agrega ao M2 as quotas de fundos de renda fixa e os títulos públicos federais que dão lastro à posição líquida de financiamentos em operações compromissadas entre o público e o setor financeiro, registrou altas de 1,4% em relação ao mês anterior e de 15,9% em doze meses, atingindo R\$2 trilhões. O conceito M4, que compreende o M3, mais os títulos públicos de detentores não financeiros, alcançou saldo de R\$2,3 trilhões, com expansões de 0,9% no mês e de 15,2% em doze meses.

II - Operações de crédito do sistema financeiro

A evolução do crédito em abril manteve a tendência de expansão moderada, refletindo o crescimento das carteiras de pessoas físicas e a retração dos financiamentos referenciados em recursos externos destinados a empresas, em contexto de trajetória declinante das taxas de juros e do *spread* bancário.

O estoque total de crédito, compreendidos recursos livres e direcionados, atingiu R\$1.248 bilhões, elevando-se 0,4% no mês e 22,6% em doze meses. Esse valor correspondeu a 42,6% do PIB, comparativamente a 42,5% em março e a 35,8% em abril de 2008. Assinale-se a manutenção do desempenho favorável dos bancos públicos, cuja representatividade no total do sistema financeiro aumentou de 37,5% em março, para 37,7% em abril, com ênfase para as operações direcionadas aos setores industrial e habitacional.

A participação relativa das operações fundamentadas em recursos livres no volume total do sistema financeiro manteve-se em 70,2% em abril, somando R\$876 bilhões, com acréscimos de 0,5% no mês e de 20,8% em relação a abril de 2008. As carteiras vinculadas a pessoas físicas, refletindo, principalmente, o desempenho do crédito referencial, apresentaram acréscimos de



1,1% no mês e de 18,7% em doze meses, atingindo saldo de R\$411,5 bilhões. Os financiamentos contratados com o segmento de pessoas jurídicas registraram declínio de 0,1% no mês e alta de 22,7% em doze meses, totalizando R\$464,5 bilhões. Essa evolução foi determinada, sobretudo, pelo efeito contábil da apreciação cambial sobre as operações lastreadas em recursos externos, com saldo de R\$82 bilhões, que apresentaram contração de 5% em reais, porém alta de 0,9%, se considerada a variação em dólares. As operações com recursos domésticos, por sua vez, cresceram 1%, alcançando volume de R\$382,5 bilhões. O *leasing*, concentrado em operações de arrendamentos de veículos para pessoas físicas e jurídicas, atingiu saldo de R\$114,9 bilhões, com expansões de 0,7% no mês e de 41,4% em relação a abril do ano anterior.

Os créditos com recursos direcionados totalizaram R\$372,5 bilhões em abril, resultado de elevações de 0,4% no mês e de 27,2% em doze meses. A variação mensal evidenciou a expansão de 2,6% no setor habitacional e de 0,3% nas operações efetuadas pelo BNDES, as quais somaram R\$216 bilhões, correspondendo a 58% do total de recursos direcionados. Os desembolsos realizados pelo BNDES atingiram R\$25,6 bilhões de janeiro a abril, revelando retração de 0,7% em relação a igual período de 2008. Para esse declínio concorreu a redução de 11,8% nas operações contratadas pela indústria, refletindo quedas relativas aos setores de produtos alimentícios e de veículos, reboques e carrocerias. Os financiamentos para o segmento de comércio e serviços registraram expansão de 11%, traduzindo, basicamente, o incremento relativo ao setor de eletricidade e gás.

As consultas formuladas ao BNDES, que sinalizam potenciais desembolsos, totalizaram R\$77,1 bilhões no primeiro quadrimestre de 2009, volume 33,7% superior ao verificado em período correspondente do ano anterior. Os pedidos do setor industrial aumentaram 106,8%, com ênfase para os setores de coque, petróleo e combustíveis, e outros equipamentos de transporte.

II.1 - Distribuição setorial do crédito

Os empréstimos ao setor privado, considerados os recursos livres e direcionados, alcançaram R\$1.220 bilhões em abril, expandindo-se 0,4% no mês e 22,2% em doze meses. Abstraindo-se as carteiras de pessoas físicas, o volume de crédito destinado ao setor produtivo manteve-se estável em relação ao mês anterior, em linha com o comportamento da atividade econômica no período.

Em termos setoriais, os financiamentos direcionados à habitação seguiram apresentando sólido desempenho, com expansões de 2,6% no mês e de 40% em doze meses, alcançando saldo de R\$69,6 bilhões. As carteiras de crédito rural registraram incremento de 0,1% no mês, ao atingir R\$110,7 bilhões. Os recursos destinados à indústria e ao comércio apresentaram decréscimos de 0,3% e 0,2%, respectivamente, totalizando, na ordem, R\$299,2 bilhões e R\$119,4 bilhões.

As operações com o setor público atingiram saldo de R\$28,3 bilhões, com incremento de 0,9% em abril. O resultado traduziu elevações de 1% nas operações com os estados e municípios, saldo de R\$18,8 bilhões, e de 0,7% na dívida bancária do governo federal, que totalizou R\$9,5 bilhões.

II.2 - Operações com recursos livres - Crédito referencial para taxas de juros

No âmbito do crédito referencial para taxa de juros, as operações com pessoas jurídicas recuaram 0,5% em abril, refletindo o decréscimo de 5% nas modalidades referenciadas em recursos externos. Esse movimento decorre do efeito da apreciação cambial, que resultou na redução dos valores das operações em reais. Descontado esse efeito, o saldo das operações com recursos externos apresentaria elevação de 0,9%. As modalidades lastreadas em recursos domésticos, saldo de R\$304,3 bilhões, mantiveram trajetória de expansão, com variação de 0,8% explicada, principalmente, pelas operações de capital de giro. O saldo das operações dessa modalidade aumentou 1,5% no mês e 54,3% em doze meses, condicionado, como nos últimos meses, por operações voltadas à atividade de extração de petróleo.

As modalidades destinadas a pessoas físicas atingiram saldo de R\$286,7 bilhões, com incremento de 1,8% no mês e de 11,1% em doze meses. Esse desempenho traduz, sobretudo, a evolução da carteira de crédito pessoal, que cresceu 3,8% no mês, alcançando R\$139,7 bilhões, com relevante participação dos empréstimos consignados.

O custo médio do crédito referencial situou-se em 38,6% a.a. em abril, seu mais baixo patamar desde junho de 2008, apresentando retração mensal de 0,6 p.p. e elevação de 1,2 p.p. em doze meses. Nos empréstimos para pessoas jurídicas, a taxa média de juros situou-se em 28,8% a.a., com decréscimo de 0,1 p.p. Nos créditos às famílias, o custo médio das operações recuou 1,3 p.p., atingindo 48,8% a.a. Destacaram-se as reduções nas taxas médias de cheque especial, crédito pessoal e aquisição de outros bens. O *spread* bancário caiu 0,3 p.p., situando-se em 28,2 p.p., resultado da retração de 1,3 p.p. nas operações com pessoas físicas e da elevação de 0,3 p.p. na carteira de pessoas jurídicas.

A inadimplência no segmento de crédito referencial, considerados os atrasos superiores a noventa dias, situou-se em 5,2% em abril, com expansões de 0,2 p.p. no mês e de 1 p.p. em doze meses. O resultado mensal refletiu a redução de 0,2 p.p. na inadimplência do segmento de pessoas físicas, situada em 8,2%, e o acréscimo de 0,3 p.p. nos atrasos relativos às operações com pessoas jurídicas, que corresponderam a 2,9% da carteira.



CRÉDITO CURTO PARA A INDÚSTRIA

Os bancos estão preferindo emprestar mais às famílias que às empresas - por ser mais fácil a avaliação do crédito pessoal e resultar em maior rentabilidade. Esta é a conclusão a que chegou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), ao analisar o relatório de crédito, divulgado esta semana pelo Banco Central. Detalhe: as empresas tiveram menor redução de juros e de prazos, quando comparados os dados de dezembro e abril, período em que a relação crédito total/PIB passou de 41,3% para 42,6%.

Examinando a distribuição do crédito por propriedade de capital, o Iedi notou ainda que, sem os bancos públicos, a oferta de crédito à indústria teria sido irrisória: na comparação com dezembro, em abril essa oferta por esses bancos cresceu 4,2%, enquanto os bancos privados nacionais ofereciam apenas 0,2% mais e os bancos estrangeiros restringiam o crédito em 5%. Mesma coisa aconteceu com comércio e serviços.

Não bastasse isso, as condições de prazo também se deterioraram para as pessoas jurídicas: eles foram encurtados em 29 dias, na mesma base de comparação. Para as famílias, apenas 3 dias a menos.

Mais: a taxa de juros total incidida nas operações de crédito com recursos livres o mês de abril foi de 38,6% ao ano (1,2 ponto acima da de um ano antes): as pessoas jurídicas pagaram 28,8% ao ano (2,5 pontos mais que em abril 2008) e as pessoas físicas, 48,8% ao ano (1,1 ponto mais que em abril 2008).

Mais ainda: na alta do spread bancário (3,2 pontos) na comparação abril/abril, as operações com pessoas físicas tiveram redução 1,3 ponto e as com pessoas jurídicas, aumento de 0,3 ponto.

De fora

O Iedi também analisou os dados das contas externas brasileiras de abril, divulgados pelo BC: a indústria recebeu a maior parcela dos ingressos brutos de Investimento Direto Externo pelo segundo mês consecutivo: do total de US\$ 2,054 bi em participação no capital, US\$ 1,219 bi (59,4%) foi para esse setor. Em março, já haviam sido recebidos US\$ 2,024 bi.

A maior parte desses investimentos foi para o setor automobilístico e para o de metalurgia-siderurgia, justamente os mais afetados pelo efeito-contágio da crise internacional na indústria brasileira.

O Iedi chama a atenção para os investimentos em participação de capital (US\$ 1,926 bi ou 56,5% do total), que, pela primeira vez no ano, superaram os empréstimos intercompanhias (US\$ 1,483 bi ou 43,4%). Antes, as participações relativas dessas duas modalidades tinham sido de, respectivamente: 46,2% e 49,7% em janeiro; 49,7% e 50,2% em fevereiro; e 43,2% e 56,7% em março.

Ao mesmo tempo, houve, também, forte saída de investimentos diretos brasileiros para o exterior: US\$ 2,793 bi em abril, maior cifra do ano e 70% superior à observada no mesmo mês de 2008 (US\$ 1,644 bi), por conta do crescimento dos empréstimos intercompanhias (US\$ 744 milhões em abril 2008 para US\$ 2,605 bi em abril 2009). Esta saída, diz o Iedi, explica o menor superávit da conta financeira em abril na comparação com março (US\$ 1,880 bi contra US\$ 2,608 bi), a despeito do maior ingresso de recursos externos.

(29/05/2009)

COPOM

Resultado do PIB reforça apostas para corte de juros

Embora a economia brasileira tenha entrado em recessão técnica no primeiro trimestre, o desempenho do PIB um pouco melhor do que o esperado pelo mercado abre espaço para uma postura mais conservadora do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), no corte da taxa de juros, a Selic.

Para o estrategista do WestLB do Brasil, Roberto Padovani, o Copom tende a confirmar na reunião desta quarta-feira um corte de 0,75 ponto percentual nos juros básicos da economia. Nas três últimas reuniões, o Copom fez cortes de 1 ponto (janeiro), 1,5 ponto (março) e 1 ponto percentual (abril).

- O resultado (do PIB) dá mais liberdade para o BC trabalhar com uma estratégia menos agressiva. O custo de um corte mais suave nos juros é menor em uma economia que não está desacelerando tanto. Há uma trajetória de recuperação, saindo de um patamar maior do que imaginado - afirmou Padovani.

Mesmo que em ritmo menor, um corte de 0,75 ponto percentual na taxa Selic será suficiente para colocar os juros em um dígito, menor patamar em muitos anos. Hoje, a Selic está em 10,25% ao ano.

Em relatório, a Rosemberg & Associados acrescenta que evidências de uma melhora no crédito, mesmo que ainda conjuntural, reforçam as apostas em um corte mais ameno, com a "postura mais conservadora do Copom" prevalecendo na reunião.



Carlos Thadeu de Freitas, economista da Confederação Nacional do Comércio (CNC), afirma que o Banco Central deve desacelerar o corte dos juros para 0,5 ou 0,75 ponto percentual. Ele acrescenta, no entanto, que o resultado do PIB no primeiro trimestre pode ter pouca influência nisso.

- O Copom olha para frente e existem outros índices com dados mais recentes. Agora, mais importante do que o tamanho do corte, seria uma sinalização do Copom de que pretende continuar cortando juros.

10/06/2009

A queda do PIB e a taxa Selic

Coluna Econômica - 10/06/2009

Com a segunda queda consecutiva do PIB trimestral, tecnicamente a economia brasileira entrou em recessão. Houve uma queda de 3,7% no quarto trimestre de 2008 e outra de -0,8% no primeiro trimestre de 2009. É pequeno, perto do estrago que a crise mundial provocou em outras economias. Mas é significativo, especialmente se se dividir a análise por setores.

Há dois efeitos totalmente distintos sobre a economia.

Numa ponta, a indústria de transformação recebeu um golpe enorme

A formação bruta de capital fixo (que mede investimentos de capital das empresas) registrou queda de 14,3% em relação ao primeiro trimestre do ano passado, e de 16,55% em relação ao último trimestre.

No rastro dessa queda, a indústria de transformação desabou. - 16,23% em relação ao último trimestre de 2008. Com ela, despencaram a Indústria Total (-13,35%), Transporte, Armazenagem e Correio (-11,95%), Construção Civil (-15,68%). Quando se analisa pelo valor adicionado (o que o setor vende menos o que ele compra), a queda foi de 8,2% no quarto trimestre e de 3,1% no primeiro de 2009 – um acumulado trágico.

Parte desse queda deveu-se às exportações de bens e serviços (-16%). Na ponta positiva, houve aumento de atividade no setor de serviços e de consumo de famílias e também no setor de serviços.

A rigor, os efeitos da crise sobre a economia podem ser resumidos nos seguintes grupos de influência:

1. Setores que dependiam de crédito desabaram, tanto no setor de equipamentos quanto no setor de bens de consumo durável.



2. Nos próximos trimestres deverá haver uma gradativa recuperação dos bens duráveis, não ainda da indústria de máquinas e equipamentos. A indústria só investe em ampliação da capacidade quando a produção bate na capacidade instalada. A crise provocou uma queda da produção que terá que ser recomposta até se decidir por novos investimentos.

3. Do mesmo modo, o emprego deverá se recuperar em prazos mais longos. Em um primeiro momento, as empresas demitem, para se adequar ao novo nível de demanda. À medida que a demanda vai se recuperando, a tendência é manter o quadro de funcionários e retardar a contratação de novos, aguardando a confirmação da tendência de recuperação.

4. Um dos fatores a emperrar a recuperação da produção era a manutenção de grandes estoques no último trimestre do ano passado. A indústria estava especulando com estoques, especialmente em vista do cassino em que se transformou o mercado mundial. Com a queda de demanda, tiveram que queimar os excedentes de estoques e ainda adequá-los ao novo ritmo de vendas. Foi um baque duplo. Gradativamente, os estoques começam a ser recompostos.

5. Setores que dependem de consumo rápido, escaparam. Em parte porque são bens essenciais. Em parte porque há um tripé de pessoas físicas menos suscetíveis de perda de emprego e de renda – funcionalismo público, beneficiários do Bolsa Família e da Previdência Social. Em algum momento, o desemprego se refletirá nesse consumo das famílias.

A queda do PIB, embora em cima de um trimestre que já registrara quedas, foi menor do que o esperado. É possível que, no ano, haja uma recuperação que permita compensar as quedas iniciais. Provavelmente o Copom (Comitê de Política Monetária) vai utilizar esse dado como desculpa para reduzir o ritmo de queda das taxas de juros.

Queda do PIB já é passado

A queda do PIB brasileiro no primeiro trimestre reflete “um momento passado” da economia, na visão do ministro da Fazenda, Guido Mantega. De acordo com o IBGE, o PIB do período recuou 0,8%, colocando o país em recessão técnica (no quarto trimestre, a queda foi de 3,6%). “Esse resultado abaixo do esperado (o mercado projetava queda de 1,1%) demonstra a capacidade de recuperação rápida da economia brasileira”, afirmou Mantega. Para o ministro, o país vai crescer este ano.

Taxa real de juros

A taxa real de juros ideal da economia brasileira seria de 4% ao ano, afirma o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. “Assim deixaríamos para o próximo governo uma situação de inflação controlada, uma situação fiscal controlada, a economia crescendo, deixando um quadro econômico muito bom para que o próximo governo possa continuar reduzindo as taxas de juros no futuro”, disse. A taxa real desconsidera a inflação – atualmente, o juro real está próximo a 5% ao ano.



Desemprego em alta

O desemprego nos 29 países que formam a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos) manteve-se em alta, segundo dados da entidade. A taxa de desemprego apurada na região subiu de 7,7% em março para 7,8% em abril, ficando 2,2 pontos percentuais em relação a abril de 2008. Na Zona do Euro, a taxa foi de 9,2%, e 8,6% na União Europeia. A taxa de desemprego nos Estados Unidos foi de 8,9%, e 5% no Japão. O Brasil não faz parte do grupo.

Tesouro dos EUA recebe empréstimos

O Departamento do Tesouro dos EUA vai receber de volta cerca de US\$ 68 bilhões dos recursos emprestados aos bancos que integravam o plano de estabilização do sistema financeiro. Embora as instituições não tenham tido seu nome divulgados, o Tesouro autorizou o reembolso por parte dos 10 maiores bancos do país. Na visão da entidade, as devoluções são "um sinal encorajador do restabelecimento financeiro", mas "ainda há muito trabalho a ser feito" até o restabelecimento do sistema bancário.

Investimento pela metade

Sem investimentos estrangeiros, várias economias do Leste Europeu devem reduzir seu ritmo de avanço. De acordo com o WIIW (Instituto Vienense de Estudos Econômicos Internacionais, na sigla em inglês), o volume de aportes deve cair de 44,86 bilhões de euros em 2008 para 20 bilhões de euros neste ano, menos da metade dos recursos obtidos no ano passado. Os investimentos devem se concentrar em serviços ou energias renováveis, ao invés da grande indústria ou setor bancário, diz o instituto.

Caixa baixa juros

Os clientes da Caixa Econômica Federal poderão pegar empréstimos mais baratos a partir da próxima segunda-feira. Dezoito linhas de crédito, oito para pessoa física e dez para pessoa jurídica, terão suas taxas diminuídas. "Analisando o comportamento das curvas de juros futuras, a Caixa resolveu reduzir as taxas de vários produtos", afirma em nota o vice-presidente de Finanças do banco, Márcio Percival.

CRÉDITO SEM CRISE

Bancos e lojas voltam a financiar a produção e o consumo como se a crise nem tivesse existido.

Instalado em São Paulo nesta quarta-feira, o Congresso Brasileiro de Bancos avaliou que, no crédito bancário, a crise acabou, incluído o crédito externo das grandes empresas.

Na estimativa da Febraban, a expansão da oferta de empréstimos será da ordem de 10% a 15% sobre o volume recorde do ano passado (R\$ 1,277 tri, ou 41% do PIB). Saravá.



. Não menos importante, o crediário de loja também voltou a pegar no tranco, com expansão até agora de 17% sobre o primeiro semestre do ano passado. E naquela base do 10 vezes no cartão sem juros. Foram as lojas, no recuo dos bancos, que não deixaram o Brasil atolar-se no pantanal da crise global.

(17/06/2009)

NA CBN

Juros abaixo de 10% é uma conquista

A crise pode ter acelerado a redução da taxa básica de juros pelo Banco Central (BC), mas o momento histórico que viveremos hoje, com uma Selic abaixo dos 10% ao ano, vem sendo construído há muitos anos. Surge agora uma grande questão: o Brasil tem condições de manter os juros em um dígito? Eu acredito que sim.

A economia brasileira é menos vulnerável do que antes. E isso vem sendo construído há anos, resultado de muitas mudanças e opções feitas pelo país.

Durante o período em que foi oposição, PT entrou na Justiça contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Era contra o Plano Real e criticava o regime de metas de inflação. Inclusive, recuperei outro dia um artigo do atual ministro da Fazenda, Guido Mantega. Ele disse na época que as metas de inflação não funcionariam. Mas depois o governo Lula manteve políticas que garantiram a estabilização.

O câmbio flutuante também foi um conquista, após quatro anos de um regime de câmbio fixo para derrubar a inflação. Ao chegar ao poder, Lula manteve o câmbio flutuante.

No final do governo Fernando Henrique, quando estava claro que Lula ganharia as eleições, o então ministro da Fazenda, Pedro Malan, declarou que o importante não era o partido que chegaria ao poder, mas o projeto em curso. Que a moeda forte era uma decisão da sociedade.

O mérito foi um governo acompanhar o outro. O Itamar Franco era contra a abertura da economia conduzida pelo presidente Collor, mas não a revogou quando assumiu a presidência. Foi uma caminhada longa demais.

O governador José Serra disse o tempo todo que os juros poderiam cair mais cedo. As coisas não são exatamente, portanto, preto no branco, PSDB e PT.

Ouçá [aqui](#) o comentário de Míriam Leitão na CBN

Enviado por Míriam Leitão e Alvaro Gribel -

10.6.2009

15h00m

COLUNA DO GLOBO

Negativo festejado

As previsões dos economistas erraram o alvo. A queda do PIB não foi tão forte, foi melhor do que a melhor projeção. Mas é difícil comemorar um resultado que mostra que o país não só encolheu pelo segundo trimestre seguido, como os investimentos despencaram, sinalizando que a recuperação terá menos fôlego. A verdade sobre os números é que a economia brasileira está em recessão.

A boa notícia — relativa, porque, afinal, o número é negativo — é que neste momento os economistas estão revendo para melhor seus números com as previsões para o ano de 2009. Quem achava que o número do PIB seria negativo, está diminuindo a queda. Quem apostava em crescimento zero, como a MB Associados, acha agora que zero pode ser o piso, aumentando a chance de um resultado positivo, ainda que bem baixo.

O que está segurando a economia é o mercado doméstico, já que a exportação caiu muito e o investimento também. Nada que elimine o fato de que o Brasil entrou em recessão.

A definição de manual é que recessão acontece após dois trimestres seguidos de encolhimento do PIB. Mas existem outros critérios. Esquecendo todas as medidas arbitradas por economistas, o fato é que a economia brasileira no primeiro trimestre do ano produziu menos; teve uma queda de 14% no investimento em relação ao começo do ano passado; importou e exportou 16% menos; as empresas deixaram parte de suas fábricas ociosas; arquivaram planos de investimento e de contratação; há temores de aumento do desemprego. Isso tudo mostra um quadro recessivo, seja qual for a convenção ou o termômetro.

Da perspectiva do governo, o que é importante é que as medidas que tomou para mitigar os efeitos da crise externa funcionaram, tanto que o resultado do PIB pegou os economistas, acostumados a fazer previsões, de surpresa, com uma realidade menos negativa.



A grande pergunta agora é: o que vai acontecer no segundo trimestre? Para o ministro Guido Mantega haverá recuperação, ainda que pequena. O trimestre, segundo algumas previsões, será positivo quando comparado ao primeiro trimestre do ano, mas negativo em relação ao mesmo período do ano passado. Já foram divulgados os dados da produção industrial de abril e o número foi fortemente negativo: -14,8%. As primeiras estimativas de maio indicam outro número com forte queda.

Para alguns economistas, pior do que o resultado de ontem é a história que os números contam por dentro. Eles mostram que o governo continua ampliando os gastos — nada mal se as despesas que aumentam não fossem principalmente de pessoal e de custeio — enquanto os investimentos despencam.

Monica de Bolle, da Galanto Consultoria, acha que o importante é que a qualidade do desempenho da economia piorou, porque apesar de bem sucedida, a tentativa do governo de manter o consumo e o investimento “colapsou”, e isso fez com que a taxa de investimento que havia subido em 2008 para 18%, voltasse a cair para a média de 2001 a 2007: 16%.

O Banco Fator lembra que a queda de 1,8% no primeiro trimestre na comparação com o mesmo período do ano anterior significa a primeira retração em bases anuais desde o quarto trimestre de 2001. Também quer dizer a queda mais forte, nessa mesma base de comparação, desde 1998. As reduções das importações e das exportações são as mais intensas desde o início da série histórica, em 1996.

De acordo com estimativa do economista José Márcio Camargo, da PUC-Rio, e da Opus Gestão de Recursos, o resultado melhor que o esperado dificilmente fará com que a economia brasileira termine o ano no positivo. Depois de acumular queda de 4,4% nos dois últimos trimestres, o nível de atividade teria que crescer 1,7% em cada um dos próximos três trimestres para fechar o ano estável, ou seja, com crescimento zero. Olhando para a série histórica do IBGE, não há nenhum resultado tão bom quanto esse nos últimos dez anos, segundo José Márcio.

— Raras vezes o PIB brasileiro cresceu acima de 1,7%. Então é muito difícil que a economia termine o ano no positivo. O fundamental no comportamento da atividade será o mercado de trabalho. O que ainda está sustentando a economia é o consumo. Então se o mercado de trabalho piorar, o consumo também será atingido — afirmou Camargo.

Luis Otávio Leal, do banco ABC Brasil, ressalta que a queda do investimento também provoca uma redução do PIB potencial do país, ou seja, aquilo que a economia é capaz de crescer sem gerar inflação.

— O PIB potencial sairá desta crise caindo de 5% para 4%. Isso quer dizer que se a economia brasileira crescer acima dessa taxa, haverá pressões inflacionárias e o Banco Central será obrigado a subir juros para frear a atividade — explicou.

Não que os economistas estejam procurando o lado ruim da boa notícia, ou que o governo esteja comemorando a má notícia, mas o resumo do resultado é que o PIB do primeiro trimestre não foi tão ruim quanto os economistas haviam previsto, nem tão bom quanto avaliou o governo. Recessão é recessão, e isso não é bom.

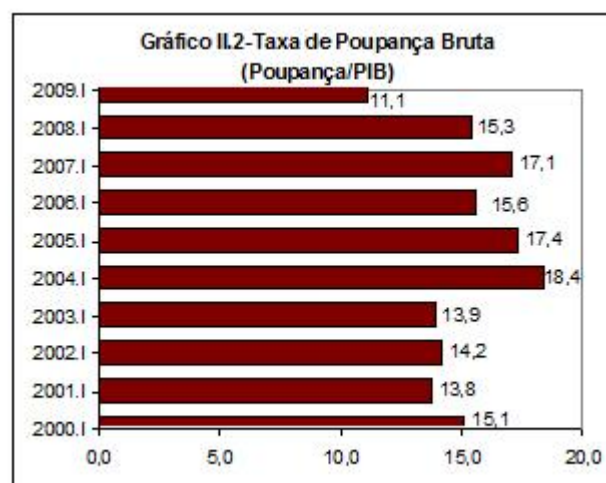
Tabela II.1 Classes de atividade no valor adicionado a preços básicos e componentes do PIB pela ótica da despesa

Especificação	Valores Correntes (R\$ milhões)					
	2008 ⁽¹⁾				Ano	2009
	I	II	III	IV		I
Agropecuária	43 745	53 688	37 330	28 772	163 536	41 194
Indústria	150 442	166 483	189 255	174 316	682 497	142 803
Serviços	367 404	398 261	404 973	424 384	1 595 021	400 607
Valor Adicionado a Preços Básicos	561 591	620 433	631 558	627 471	2 441 054	584 605
Impostos sobre produtos	104 052	109 154	115 779	119 680	448 665	100 005
PIB a Preços de Mercado	665 643	729 586	747 337	747 152	2 889 719	684 609
Consumo das Famílias	417 705	435 725	452 164	447 821	1 753 414	443 961
Consumo do Governo	129 341	138 691	138 004	178 372	584 408	153 272
Formação Bruta de Capital Fixo	122 801	134 961	152 589	138 406	548 757	113 812
Exportações de Bens e Serviços	79 166	96 883	113 664	124 544	414 257	85 967
Importações de Bens e Serviços (-)	82 954	94 784	109 832	121 858	409 427	90 054
Variação de Estoques	(-) 416	18 111	748	(-) 20 133	(-) 1 690	(-) 22 349

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Resultados calculados a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

A taxa de investimento no primeiro trimestre de 2009 foi de 16,6% do PIB, inferior à do mesmo período do ano anterior (18,4%). Essa redução foi influenciada, principalmente, pela redução em volume da formação bruta de capital fixo no trimestre (-14,0%). A taxa de poupança alcançou 11,1% do PIB, a menor taxa da série iniciada em 2000.



[Nota de esclarecimento](#)

¹A séries são sazonalmente ajustadas de maneira direta, ou seja, as séries são ajustadas individualmente.

²Segundo o LSPA (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola), de maio.

Equipe Técnica:

- Luigi Nese – Presidente da CNS
- Prof. Dr. Marcos Cintra – Coordenador
- Carlos Eduardo S. Oliveira Jr. – Assessor Econômico